

ATA DA 16º REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL SÃO JOAQUIM (PNSJ), REALIZADA EM DEZESSEIS DE FEVEREIRO DE 2017

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, nas dependências do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), localizada no Município de Orleans, neste estado, foi realizada a 16ª reunião ordinária do Conselho Consultivo do PNSJ, iniciando-se às quatorze horas e vinte minutos. Compareceram: Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva, analista do ICMBio, chefe do PNSJ, Sr. Michel Omena, analista ambiental lotado no PNSJ, Sra. Silvia Maria Martins, recepcionista do PNSJ, o Sr. Silvino Neckel de Oliveira, representante da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o Sr. Pedro Volkmer de Castilho, representante titular da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Sr. André Luiz Fernandes, representante titular da Fundação do Meio Ambiente – Sr. Josemar Fernando Damaceno, representante titular da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, Sr. Guilherme Doneda Zanini, representante suplente do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, Sr. Sérgio Sachet Júnior, representante titular do Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza – ISECON, o Sr. João Sbruzzi, representante titular dos moradores da localidade de Santa Bárbara - Município de Bom Jardim da Serra, Sr. Henrique Brognoli Martins, representante suplente da localidade de Santa Bárbara, Município de Bom Jardim da Serra, Sra. Eliana dos Santos Alves, representante suplente da Associação dos Proprietários de Reserva Particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina – RPPN Catarinense, Sr. Arzão Marconde Oliveira Rodrigues, representante suplente das localidades de Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara no Município de Urubici e ainda o Sr. Jaime Kemper, representante das localidades de Barrinha do Aiure, Capivaras Alta e Serra Furada no Município de Grão – Pará. Como participantes externos a Sra. Rosana de Oliveira, representante da Associação Vizinhos do Morro da Igreja, o Sr. Ismael Dagostin Gomes, professor do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, o Sr. Léo Matei Baschiroto, morador, o Sr. Aderbal L. Machado, o Sr. Leandro Macedo, o Sr. Luiz Carlos de Pinho, Elisandro Ricardo P. Santos (professor da UFSC). O Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva deu início a reunião se apresentando ao Conselho e pedindo que se apresentem. 1. **Entrega do Termo de Posse:** O Sr. Paulo faz a entrega do Termo de posse para o Sr. Mauricio E. Graipel, representante titular da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e para o Sr. Josemar Fernando Damaceno, representante titular da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra. **ASSUNTOS EM PAUTA: 1. Aprovação das ATAS da 14ª e 15ª Reunião do Conselho Consultivo do PNSJ.** As ATAS foram lidas e aprovadas. **2. Informe: Novos Mandatos Conselheiros do Conselho Consultivo.** Segundo o Decreto nº 4340/2002 artigo 22 o mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público, este assunto ficou para ser tratado na próxima reunião, por falta de Quorum. O Sr. Sérgio questiona a cadeira de Lauro Muller. E o Sr. Paulo diz que acha que seria melhor aguardar o desfecho da Emenda Parlamentar de redefinição dos limites, mas se o Conselho entender que é importante a participação de Lauro Muller,

poderá ser visto se realmente há interesse do município e entrará em contato. 3. **Situação Atual da Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim.** O Sr. Paulo expõe a atual situação do PNSJ que ainda não tem Plano de Manejo e que está sendo feito um projeto piloto no PNSJ, o Foundations Document. Várias ações já foram realizadas, como a elaboração do propósito da Unidade, um alinhamento Jurídico Preliminar, correções das divisas com o DTCEA Morro da Igreja, debate sobre a ocupação Parque Estadual Serra Furada, RPPN Corvo Branco e Ecomuseu, todas essas ações já estão sendo feitas pelo ICMBio. O Sr. Michel cita os participantes da Oficina, Sra. Eliane, o Sr. Josemar, o Sr. Pedro, o Sr. Sérgio e o Sr. Arzão, e que durante a oficina foi feito um zoneamento do Parque. Alguns ajustes de limites não irão interferir nas mudanças possíveis, como o zoneamento da estrada da Santa Bárbara. Houve pouco tempo de participação na oficina, para definir a zona de amortecimento, porém a mesma não é parte integrante do Plano de Manejo, mas sim uma proposta, pois só pode ser feita por lei, o que deverá ocorrer posteriormente a aprovação do Plano e discussão novamente com a sociedade. Foi vistos alguns exemplos de normas por zona e gerais, essas são para áreas já regularizadas, as demais será visto junto ao departamento jurídico quais procedimentos serão tomados. Juntando os mapas dos três grupos chegou-se a um mapa só, porém a equipe de Brasília ainda vai fazer modificações, por exemplo, acertos para não inviabilizar a construção da sede no Parque Estadual Serra Furada, sobreposições com RPPN. Todos os participantes da oficina receberão o mapa de abril de 2016. Caso seja aprovada a Emenda Parlamentar e evidentemente houver alterações no mapa da Unidade, a tendência é não mudar muito a parte mais interna do Parque e assim o zoneamento mudará pouquíssimo. O Sr. Jaime pergunta qual a distância para o zoneamento. O Sr. Michel explica que em média 500m, usa as bacias hidrográficas para definir os limites e ficar fácil a localização em campo, ou seja, em alguns lugares pouco mais de 500m outros menos, por isso há variação em alguns trechos maior ou menor. O Sr. João questiona sobre a plantação de pinus nas áreas indenizadas. O Sr. Michel diz que as áreas adquiridas estão bem preservadas e que nas áreas regularizadas o Pinus é retirado. O Sr. Sérgio questiona se é possível a visitação em áreas de recuperação. O Sr. Michel explica apresentando o mapa, que cada caso é um caso. O Sr. Paulo acrescenta que somente para visitação educativa. O Sr. Michel continua explicando que cada zona tem uma norma, umas mais restritivas e outras menos, em algumas áreas será permitido acampar de forma primitiva, em outras terão uma estrutura melhor. O Sr. Pedro questiona a proximidade de uma área de visitação intensiva e uma protegida. O Sr. Paulo mostra que nesse caso existe uma barreira natural geográfica. O Sr. Pedro diz que mesmo assim acha que ainda pode trazer risco para área protegida. A Sra. Eliane diz que terão o momento para analisar as propostas, que são quatro e terão que ver um novo termo para consertar. O Sr. Michel ressalta que os Conselheiros receberão este e os demais mapas. O Sr. Paulo acrescenta que não foi avaliado, alterado o zoneamento do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra Furada. O Sr. Michel cita como exemplo as normas gerais: fiscalização periódica e sempre que houver irregularidades. E diz que as regras do Parque Estadual que são compatíveis com as do Parque Nacional permanecem somente se houver uma discrepância muito grande será pedido a FATMA alterar suas regras. Os participantes

da Oficina receberão uma tabela com as normas e demais informações, e as normas que foram retiradas ou incluídas terão uma explicação ao lado. Será discutido e feito um termo de compromisso com os proprietários não indenizados. As normas do Ecomuseu ainda não estão prontas, segundo a Procuradoria Federal Especializada no ICMBio prevalecerá sempre a norma mais restritiva. **4 – Cronograma do Plano de Manejo do PNSJ.** O Sr. Paulo passa o cronograma de elaboração do Plano de Manejo: consolidação da metodologia com base no Foundation → concluído no final de março; consolidações e correções dos grupos trabalho final de abril com envio para Coordenação Brasília, nova análise até o fim de maio, apresentação e aprovação do Plano de Manejo. Nova rodada de correções na Dimam, para fim de junho → avaliação e aprovação jurídica pela Procuradoria Federal Especializada, em julho publicação da Portaria de aprovação do Plano de Manejo, por fim em agosto editoração e divulgação. Concluindo o prazo de um ano para o Plano de Manejo, desde as oficinas em Urubici. A Sra. Eliane coloca que a etapa de correções já foi feita, e quem quiser e puder se reunir para as considerações finais, para depois enviar seriam uns quinze dias a partir do momento que chegar o Plano de Manejo. O Sr. Paulo explica que na fase final com Procuradoria Federal Especializada não tem tempo determinado, já a editoração será feita pelo Serviço Nacional de Parques. O Sr. João pergunta como é a metodologia americana e se também haverá uma versão em Inglês. O Sr. Paulo diz que antes era um processo longo, mas foi aperfeiçoado, então dois servidores do ICMBio fizeram um curso específico e começaram a aplicar, o primeiro foi aqui no PNSJ e que terá sim uma versão em Inglês. Na seqüência discutiremos o Plano de Uso Público para normatizar a visitação. O Sr. Josemar esclarece ao Sr. Michel sobre as dúvidas em relação à Estrada de Santa Bárbara, que vai verificar que foi municipalizada, tem os mapas, mas vai verificar a documentação na câmara para trazer mais informações. O Sr. Henrique diz que a estrada foi aberta em 1961 ou 1962 pelos proprietários e o Sr. Venâncio então prefeito de Bom Jardim da Serra. **5. Abertura Trilha das Nascentes.** O Sr. Paulo explica que os Senhores: Sérgio, André e Arzão fizeram um relatório do Grupo de Trabalho que mostra que a trilha esta apta para ser usada e então desde dezembro de 2016 já vem sendo feita e não precisa necessariamente de guia. O Sr. Sérgio apresenta o mapa com a Trilha das Nascentes, mostrando que separou por trechos, primeiro trecho subida da antena destacando distância e tempo, ressaltando que a trilha ainda estava marcada, em alguns trechos a mata já cresceu bastante o que deixou a trilha melhor, porém não é uma trilha muito fácil que qualquer pessoa possa fazer, foi evitado ao máximo o corte de vegetação, todo trecho foi bem marcado, limpando o caminho. O Sr. João pergunta se há gado nas trilhas. E o Sr. Sérgio diz não ter achado nenhum sinal, registro de gado na trilha, nem na Pedra Furada e nem na das Nascentes, porém achou registro de Javali. A Sra. Eliane pergunta se há previsão para a abertura da Pedra Furada. O Sr. Paulo responde que ainda não foi finalizado o relatório, pois ainda não está decidido se será feita com acompanhamento de guia ou não, por ser uma área militar. O Sr. Silvino quer saber a quantidade de visitantes por trilha. O Sr. Sérgio diz que serão dez pessoas por condutor. O Sr. Michel explica que foi feito um relatório com capacidade de suporte, mas esse assunto só seria tratado mesmo no Plano de Visitação, e que está sendo feito monitoramento, daqui a seis meses será revisada a metodologia.

Feito com grupos de pessoas, de diferentes perfis para responder um questionário, também está sendo feito acompanhamento de impacto físico. O Sr. Pedro diz que fez a trilha e que analisou a altura da vegetação, inclinação para identificar as sensibilidades da Trilha da Pedra Furada, ficou claro que não podem cruzar duas equipes no caminho, e também só pode ter no máximo dez pessoas dentro da Pedra por questões de segurança, também para que o visitante realmente tenha uma experiência mais natural. O Sr. Paulo ressalta a importância do Plano de Visitação. O Sr. Paulo apresenta as principais despesas e processos da Unidade em 2016. O Sr. Sérgio pergunta sobre o contrato dos vigilantes que termina agora em março. O Sr. Paulo explica que esta sendo licitado, porém depende do financeiro, e provavelmente ficaremos sem controle de visitantes. O Sr. Sérgio quer saber quais providências serão tomadas. O Sr. Paulo diz que o primeiro passo seria recolher o patrimônio das sub sedes e depois tentar encontrar parcerias. O Sr. Sérgio ressalta da necessidade do controle, pois a Aeronáutica pode querer fechar a estrada, e o Morro da Igreja – Pedra Furada são de grande importância para o município. A Prefeitura, com sua nova administração, têm grande interesse no Turismo e questiona como ficará a sub sede de Santa Bárbara e os pesquisadores. O Sr. Paulo concorda e tentará conversar com o Comandante da Aeronáutica, Prefeitura e Pouserra para tentar resolver a questão, quanto a Santa Bárbara infelizmente ficará abandonada. Está sendo cobrado uma solução rápida do problema do ICMBio Brasília, colocando a importância da visitação na Unidade. O Sr. Pedro acha que a situação é muito grave e não existe plano B ou C, somente com dois analistas, ficar sem funcionários é complicado, é preciso se manifestar, pois pode ficar totalmente fora de controle. O Sr. Silvino sugere fazer um movimento para reclamar. O Sr. Paulo explica que está tentando trazer novos servidores, mas que está difícil tem uma colega do Ministério do Meio Ambiente que tem interesse de vir, porém é do IBAMA. O Sr. Pedro pergunta se pode fazer o encaminhamento de uma minuta para enviar ao ICMBio, Governador e imprensa, se todos concordarem. Todos os membros do Conselho Consultivo concordam e o Sr. Pedro diz que enviara por e-mail do grupo.

6. Alteração dos Limites do PNSJ. O Sr. Paulo fala sobre os limites vigentes e o que esta sendo encaminhado, em dezembro teve a visita do Sr. Bernardo Brito (ICMBio – Coordenação Brasília), conjuntamente com o Sr. Erionei e a Sra. Rosana, fizeram visitas na região. A Deputada Federal Carmen Zanotto, que conduz o trabalho para alteração dos limites, e o Sr. Bernardo Brito, devem fazer as considerações necessárias para depois apresentarem ao Ministro e ao Presidente do ICMBio. O Sr. Bernardo não divulgou ainda a proposta do ICMBio. O Sr. João diz que já se passarão 40 anos das delimitações, depois quase 15 anos no congresso para ser votado e então sai um mapa que não contentou a todos do original para o atual, e agora ainda vai mudar novamente acha isso um retrocesso. O Sr. Paulo fala ainda que a Associação Santa Bárbara do Socorro foi a Brasília pedir mais redução. O Sr. Henrique diz que o que ocorreu foi que a Sra. Deputada Carmen Zanotto que propôs uma reunião, pois entrou áreas que nunca estiveram antes, a reunião foi em agosto em Brasília e foi dito pelo então presidente Sr. Rômulo que os ganhos que obtiveram não seriam retirados, porém houve retirada. Segundo o Sr. Henrique, o Parque nunca teve 49 mil hectares, foram feitos os limites, mas nem sabiam onde era o rio Baú, os novos limites não chegariam a Bom Jardim da Serra e os proprietários já têm

reserva legal e sempre cuidaram. Ressaltou que os ganhos na lei não podem ser retirados e o pedido foi feito para mudar a área de Bom Jardim da Serra e não em toda a poligonal. Quem apresentou o substitutivo foi a Sra. Marina Silva e o Sr. Sérgio Brant e o processo está sendo manipulado, o propósito era reduzir não alterar. O Sr. Rômulo e a Sra. Carmen garantiram os ganhos. Por fim pede que se mantenham fora da nova proposta as áreas que haviam saído em abril de 2016 O Sr. Paulo diz que é lamentável que haja uma Medida Provisória para mudar os limites do PNSJ. O Sr. João ressalta que deveria ter a participação da população para a criação dos Parques, que estão descontentes e não concordam. O Sr. Henrique diz que até acatam a decisão, desde que não percam os ganhos obtidos anteriormente. Que o ICMBio teve muito tempo para ver tudo isso e agora está faltando sensibilidade, pois nunca veio de Brasília um mapa nem alguém para conversar. O Sr. Paulo discorda sempre foram mostrados os mapas. O Sr. Sérgio Sachet diz que não foi mostrado o mapa para o Conselho e que o Sr. Sérgio Brant tinha vários Shapes (formato de mapas de computador) e mostra um diferente para cada pessoa. O Sr. Henrique acrescenta que o Sr. Sérgio Brant e a Sra. Marina mudaram toda a proposta. O Sr. Paulo afirma que mostrou como ficaria o mapa com a aprovação, pode tentar consultar quem está fazendo os mapas para mostrar a todos, que desde que assumiu como gestor do Parque só está tentando protegê-lo. O Sr. Henrique coloca que a Emenda Parlamentar está sendo distorcida entre o ICMBio e os Deputados. O Sr. João diz achar positiva a mudança de nome, mas as mudanças no novo projeto podem ser prejudiciais. O Sr. Paulo coloca que este fato, mudanças dos limites por Medida Provisória, pode gerar uma "jurisprudência" negativa para outros Parques. A Sra. Eliana ressalta que essa solução por Medida Provisória é inconcebível, e o Conselho não está sendo consultado, não estão sendo feitas consultas públicas, e o Parque está perdendo, considera muito estranho um assunto tão importante não ter publicidade, concorda que essas ações calamitosas podem trazer jurisprudência para outras Unidades. O Sr. João concorda com a falta de transparência no Projeto de Lei. A Sra. Rosana pede a palavra dizendo que do jeito que estão falando parece que a Associação Vizinhos do Morro da Igreja forçou e empurrando esse novo limite sem consultar ninguém e não foi bem assim foi um trabalho em conjunto que fizeram tudo para ajudar, O Sr. Paulo explica que a Associação Vizinhos do Morro da Igreja tem o mapa e que eles podem mostrar, o mapa é deles eles pagaram para fazer então somente eles podem mostrar, porém vai tentar conseguir o do ICMBio para mostrar ao membros do Conselho. Infelizmente o PNSJ está trabalhando menos do que gostaria sobre esse assunto e que as decisões estão sendo tomadas pelas coordenações. O Sr. Henrique explica que isso é responsabilidade dos deputados que estão passando por cima da lei, e que o Parque não havia indenizado ninguém. O Sr. Paulo concorda que deveria ter mais transparência, publicidade e audiências públicas, porém no projeto novo aumentaria 300 hectares e o Medida provisório quer diminuir 10 mil hectares, acha que é uma injustiça dizer que não foram feitas indenizações já que temos mais de oitenta proprietários indenizados. O Sr. Henrique diz que depois que entrar o Projeto de Lei em 2001. O Sr. Paulo diz que foi a partir de 2000 pra cá a lei do SNUC começou a reger a compensação ambiental e ai começar as indenizações, os proprietários permanecem com as atividades que já exercia antes. O Conselho solicita ao Sr. Bernardo o envio do Shape dos novos

limites. Nada mais havendo o Senhor Chefe do Parque Nacional de São Joaquim encerrou a reunião e para constar, eu, Silvia Maria Martins Silvia Maria Martins, recepcionista do PNSJ lavrei a presente, que lida e aprovada será assinada.

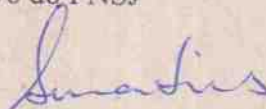
Paulo Santi Cardoso da Silva

Chefe PNSJ – Presidente do Conselho Consultivo do PNSJ



Michel Tadeu R. N. de Omena

Analista Ambiental – PNSJ



Silvia Maria Martins

Recepcionista – ICMBio

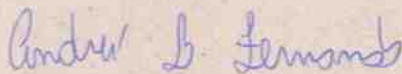
Pedro Volkmer de Castilho

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Silvino Neckel de Oliveira

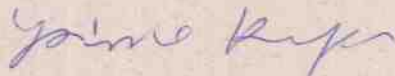
Universidade Federal de Santa Catarina

André Luiz Fernandes



Fundação do Meio Ambiente – FATMA

Jaime Kemper



Proprietário de Imóveis Barrinha do Aiure, Capivaras Alta e Serra Furada, no Município de Grão – Pará.

Josemar Fernando Damaceno

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

Guilherme Doneda Janini

Centro Universitário Barriga Verde

Sérgio Sachet Júnior

Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza

Eliane dos Santos Alves

RPPN Catarinense

João Sbruzzi

Proprietário de Imóveis Santa Bárbara, Município de Bom Jardim da Serra.

Arzão Marconde Oliveira Rodrigues

Proprietários Imóveis Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara.